

ESTATUTO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES	17	11.7. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E A ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL	111
<i>Martha El Debs</i>		12. INCOMPATIBILIDADE E IMPEDIMENTOS.....	112
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	17	13. DIREITOS E DEVERES	113
✦ QUESTÕES.....	19	14. INFRAÇÕES DISCIPLINARES.....	114
✦ RESUMO E DICAS	95	15. PENAS COMINADAS.....	114
✦ DA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO	95	16. EXTINÇÃO DA DELEGAÇÃO.....	115
1. A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES NOTARIAIS E DE REGISTROS.....	95	17. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA	115
2. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	95	18. CRIAÇÃO, DESDOBRAMENTO, DESMEMBRAMENTO, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E EXTINÇÃO DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS....	115
3. NATUREZA JURÍDICA	96	✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	116
4. FINALIDADE.....	96	TABELIONATO DE PROTESTO.....	119
5. EFEITOS.....	99	<i>Martha El Debs</i>	
6. ESPECIALIDADES.....	99	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	119
7. A ESTRUTURA DAS SERVENTIAS, FUNÇÕES E COMPETÊNCIAS.....	100	✦ QUESTÕES.....	121
8. INGRESSO NA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL.....	101	✦ RESUMO E DICAS	206
9. ATRIBUIÇÕES DO NOTÁRIO	101	1. HISTÓRICO	206
10. COMPETÊNCIA DO NOTÁRIO	101	2. LEGISLAÇÃO.....	206
11. RESPONSABILIDADE DOS TABELIÕES E REGISTRADORES	101	3. CONCEITO	209
11.1. AUSÊNCIA DE PERSONALIDADE JURÍDICA DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	102	4. NATUREZA JURÍDICA E CARACTERÍSTICAS.....	209
11.2. DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	102	5. FUNÇÃO/FINALIDADES DO PROTESTO.....	210
11.3. DA RESPONSABILIDADE PENAL	104	6. PRINCÍPIOS DO PROTESTO	210
11.4. DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA OU DISCIPLINAR	105	6.1. PRINCÍPIOS RELATIVOS AO PROTESTO COMO ATO JURÍDICO.....	210
11.5. DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA ..	106	6.1.1. PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE.....	210
11.5.1. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO OFICIAL REGISTRADOR E TABELIÃO COMO CONTRIBUINTE	109	6.1.2. PRINCÍPIO DA INSUBSTITUTIVIDADE	210
11.6. DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA.....	110	6.1.3. PRINCÍPIO DA UNITARIEDADE	210
		6.2. PRINCÍPIOS RELATIVOS AO PROTESTO COMO PROCEDIMENTO.....	211
		6.2.1. PRINCÍPIO DA ROGAÇÃO OU DA INSTÂNCIA	211
		6.2.2. PRINCÍPIO DA CELERIDADE....	211

6.2.3. PRINCÍPIO DA FORMALIDADE SIMPLIFICADA	211	4. COMPETÊNCIA	319
7. EFEITOS DO PROTESTO	211	5. ESCRITURA PÚBLICA	320
8. COMPETÊNCIA/LUGAR DO PROTESTO.....	213	6. PROCURAÇÃO	322
8.1. LUGAR DO PROTESTO DA NOTA PROMISSÓRIA.....	213	6.1. PROCURAÇÃO EM CAUSA PRÓPRIA	323
8.2. LUGAR DO PROTESTO DA LETRA DE CÂMBIO.....	213	7. TESTAMENTO.....	323
8.3. LUGAR DO PROTESTO DA DUPLICATA	213	7.1 TESTAMENTO VITAL.....	325
8.4. LUGAR DO PROTESTO DO CHEQUE.....	214	8. ATA NOTARIAL.....	326
8.5. LUGAR DO PROTESTO PARA FINS FALIMENTARES	214	9. RECONHECIMENTOS DE FIRMAS.....	329
8.6. LUGAR DO PROTESTO DOS CONTRATOS.....	214	10. AUTENTICAÇÃO DE CÓPIA.....	330
8.7. LUGAR DO PROTESTO DA SENTENÇA..	215	✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	332
8.8. LUGAR DO PROTESTO DA CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO.....	215	TEORIA GERAL DOS REGISTROS PÚBLICOS.....	335
9. OBJETO DO PROTESTO – TÍTULOS PROTESTÁVEIS.....	215	<i>Martha El Debs</i>	
9.1. QUADRO DE EXEMPLOS DE TÍTULOS PROTESTÁVEIS E SEUS RESPECTIVOS TÍTULOS	219	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	335
10. PROCEDIMENTO DO PROTESTO.....	222	✦ QUESTÕES.....	337
11. POSSIBILIDADE DE MEDIDAS DE INCENTIVO À QUITAÇÃO OU À RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS PROTESTADAS.....	226	✦ RESUMO E DICAS	363
12. LIVROS E ARQUIVOS	226	✦ DA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO	363
13. PUBLICIDADE DO PROTESTO.....	227	1. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	363
14. PRAZOS NO PROTESTO (EM ORDEM CRESCENTE).....	227	2. NATUREZA JURÍDICA	363
15. PROVIMENTO 72/2018 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	227	3. FINALIDADE.....	363
✦ SÚMULAS RELACIONADAS.....	228	4. EFEITOS.....	366
✦ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF	228	5. ESPECIALIDADES.....	366
✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	232	6. ESCRITURAÇÃO DOS LIVROS.....	367
TABELIONATO DE NOTAS	235	7. PROVIMENTO 45/2015 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	368
<i>Martha El Debs e Renata El Debs</i>		7.1. LIVRO VISITAS E CORREIÇÕES	368
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	235	7.2. LIVRO DIÁRIO AUXILIAR DA RECEITA E DA DESPESA	369
✦ QUESTÕES.....	237	7.2.1 RECEITAS.....	369
✦ RESUMO E DICAS	318	7.2.2 DESPESAS	369
✦ DA ATIVIDADE NOTARIAL	318	7.3. LIVRO CONTROLE DE DEPÓSITO PRE-VIO.....	369
1. FUNÇÕES	318	8. CERTIDÃO.....	370
2. ATRIBUIÇÕES.....	318	9. APOSTILAMENTO.....	370
3. PRINCÍPIOS.....	318	10. DESJUDICIALIZAÇÃO, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	370
		✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	371
		REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	373
		<i>Martha El Debs</i>	
		TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	373

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 375

Martha El Debs

✦ QUESTÕES..... 375

✦ RESUMO E DICAS 497

✦ A ATIVIDADE REGISTRAL NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS 497

1. INTRODUÇÃO.....	497
2. FINALIDADE.....	497
3. NATUREZA JURÍDICA	499
4. ATRIBUIÇÕES.....	500
5. LIVROS	500
6. IDENTIFICAÇÃO CIVIL NACIONAL – LEI 13.444/2017.....	502
7. REGISTRO	502
7.1. NASCIMENTO.....	502
7.1.1. ELEMENTOS DO ASSENTO	502
7.1.2. LEGITIMADOS.....	503
7.1.3. LUGAR E PRAZO PARA O REGISTRO DE NASCIMENTO.....	503
7.2. CASAMENTO	504
7.2.1. PROCESSO DE HABILITAÇÃO.....	504
7.2.2. CELEBRAÇÃO E REGISTRO.....	504
7.3. CONVERSÃO/TRANSFORMAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO	505
7.4. ÓBITO.....	505
7.4.1. FORMALIDADE PARA O REGISTRO.....	505
7.4.2. PESSOAS OBRIGADAS A DECLARAR O ÓBITO	505
7.5. REGISTRO DE NATIMORTO	506
7.6. LIVRO “E” – EMANCIPAÇÃO, INTERDIÇÃO, AUSÊNCIA E MORTE PRESUMIDA, TRASLADOS, OPÇÃO DE NACIONALIDADE E UNIÃO ESTÁVEL	506
7.6.1. EMANCIPAÇÃO	506
7.6.2. INTERDIÇÃO.....	506
7.6.3. AUSÊNCIA.....	507
7.6.4. TRASLADOS	507
7.6.5. OPÇÃO DE NACIONALIDADE.....	507
7.6.6. UNIÃO ESTÁVEL	507
8. AVERBAÇÕES E ANOTAÇÕES.....	507
9. CERTIDÃO	508
10. COMUNICAÇÕES.....	508
11. PROVIMENTO 63/2017 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	509

11.1. DAS CERTIDÕES – NOVO FORMATO.....	511
11.2. DA PATERNIDADE E MATERNIDADE SOCIOAFETIVA.....	512
11.3. DA BARRIGA DE ALUGUEL E DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA.....	513
11.4. ENUNCIADOS DO IBDFAM SOBRE A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA APROVADOS NO X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA, EM NOVEMBRO 2017.....	514
12. PROVIMENTO 73/2018 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	514
13. PROVIMENTO 81/2018 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	516
14. PRAZOS NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS.....	517

✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA 518

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS 521

Martha El Debs

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	521
---------------------------------------	-----

✦ QUESTÕES..... 523

✦ RESUMO E DICAS 560

✦ A ATIVIDADE REGISTRAL NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS..... 560

1. NATUREZA JURÍDICA	560
2. FINALIDADE.....	560
3. DA PERSONALIDADE JURÍDICA	562
4. DA PESSOA JURÍDICA.....	562
5. ATRIBUIÇÕES DO RCPJ.....	563
6. EFEITOS DO REGISTRO EM RCPJ	563
7. LIVROS DE REGISTRO	563
8. REGISTRO ELETRÔNICO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA	564
9. DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS.....	565
9.1. DO REGISTRO	566

✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA 568

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS 569

Martha El Debs

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	569
---------------------------------------	-----

✦ QUESTÕES.....	571	9. DO PROCESSO DO REGISTRO DE IMÓVEIS	812
✦ RESUMO E DICAS	624	9.1. PROCEDIMENTO DE DÚVIDA.....	813
1. INTRODUÇÃO	624	10. DO CANCELAMENTO.....	814
2. O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS (RTD)	624	11. CONCEITOS RELEVANTES SOBRE A TEMÁTICA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	814
3. REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS X REGISTRO DE IMÓVEIS.....	625	12. PRAZOS NO REGISTRO DE IMÓVEIS.....	815
4. O PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	625	✦ SÚMULAS RELACIONADAS.....	815
5. ATRIBUIÇÕES.....	626	✦ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF	815
6. ESCRITURAÇÃO.....	629	✦ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ	816
7. REGISTRO ELETRÔNICO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA	630	✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	816
8. PRAZO PARA O REGISTRO.....	631	EMOLUMENTOS	819
9. DOCUMENTO DE PROCEDÊNCIA ESTRANGEIRA	631	<i>Martha El Debs</i>	
10. CERTIDÃO	631	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	819
11. CANCELAMENTO	631	✦ QUESTÕES.....	821
✦ SÚMULAS RELACIONADAS.....	632	✦ RESUMO E DICAS	836
✦ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF	632	1. INTRODUÇÃO	836
✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	632	2. INFRAÇÕES DISCIPLINARES.....	838
REGISTRO DE IMÓVEIS.....	633	3. PRESCRIÇÃO.....	838
<i>Martha El Debs e Renata El Debs</i>		4. EMOLUMENTOS, ISENÇÕES E GRATUIDADE – PROVIMENTO 44/2015 E LEI 13.465/2017 (PROVENIENTE DA MEDIDA PROVISÓRIA 759/2016)....	838
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	633	5. A EXTENSÃO DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA AOS EMOLUMENTOS DEVIDOS AOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	839
✦ QUESTÕES.....	635	6. EXECUÇÃO E PROTESTO DO CRÉDITO DE EMOLUMENTOS.....	841
✦ RESUMO E DICAS	794	7. COBRANÇA EM EXCESSO OU A MENOR.....	842
✦ A ATIVIDADE REGISTRAL NO REGISTRO DE IMÓVEIS	794	8. DEPOSITO PRÉVIO OU DIFERIDO DOS EMOLUMENTOS	842
1. INTRODUÇÃO	794	9. IDENTIFICAÇÃO DAS PARCELAS.....	842
2. FINALIDADE.....	794	10. REDUÇÃO DOS EMOLUMENTOS CONCEDIDA A MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	842
3. NATUREZA JURÍDICA	794	11. EMOLUMENTOS E CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL	843
4. ATRIBUIÇÕES.....	795	12. EMOLUMENTOS, EXECUTIVO FISCAL E PENHORA.....	843
5. ESCRITURAÇÃO.....	799	13. EMOLUMENTOS REFERIDOS NA RESOLUÇÃO 228/2016 DO CNJ.....	844
6. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO REGISTRO DE IMÓVEIS.....	800	14. PROVIMENTO 60 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	844
7. TÍTULOS REGISTRÁVEIS.....	806		
8. ASPECTOS REGISTRALIS DO DIREITO REAL DE LAJE	807		
8.1. A CONSTITUIÇÃO DO DIREITO REAL DE LAJE E O REGISTRO	807		
8.2 O PROCEDIMENTO DO REGISTRO NA EDIFICAÇÃO EXISTENTE E NA EDIFICAÇÃO A CONSTRUIR.....	811		

15. EMOLUMENTOS REFERENTES À USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL.....	845	2.3. TEORIA DO NEGÓCIO E DO ATO JURÍDICO.....	918
16. EMOLUMENTOS REFERENTES À CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO NOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS – PROVIMENTOS 67/2018 E 72/2018 DO CNJ.....	845	3. TEMAS CARTORÁRIOS EM DIREITO CIVIL.....	942
17. EMOLUMENTOS REFERENTES À AVERBAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE PRENOME E SEXO DE PESSOA TRANSGÊNERO– PROVIMENTO 73/2018 DO CNJ.....	846	4. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	947
18. ALGUNS JULGADOS RELEVANTES.....	846	4.1. ESPÉCIES DE OBRIGAÇÕES.....	947
✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA.....	847	4.2. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	955
REGISTRO ELETRÔNICO NA DISCIPLINA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL.....	849	4.3. ADIMPLEMENTO E INADIMPLEMENTO.....	956
<i>Martha El Debs</i>		5. CONTRATOS.....	961
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	849	5.1. TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	961
✦ QUESTÕES.....	851	5.2. CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	971
✦ RESUMO E DICAS.....	861	5.3. PREFERÊNCIAS.....	986
1. INTRODUÇÃO.....	861	6. DIREITO DO CONSUMIDOR.....	986
2. HISTÓRICO/PRINCIPAL LEGISLAÇÃO SOBRE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS, REGISTRO ELETRÔNICO E MICROFILMAGEM.....	861	7. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	989
3. CONCEITO, INSTITUIÇÃO, MIGRAÇÃO, DESCUMPRIMENTO E PRAZOS DO REGISTRO ELETRÔNICO.....	866	8. DIREITO DAS COISAS.....	996
REGISTRO ELETRÔNICO NA DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS GERAIS ..	867	8.1. TEORIA DA PROPRIEDADE.....	996
<i>Martha El Debs</i>		8.2. TEORIA DA POSSE.....	1015
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	867	8.3. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS.....	1019
✦ QUESTÕES.....	869	8.4. DIREITOS DE VIZINHANÇA.....	1033
✦ DICAS.....	873	9. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	1033
DIREITO CIVIL.....	883	10. DIREITO DAS FAMÍLIAS.....	1035
<i>Wagner Inácio Freitas Dias</i>		11. DIREITO DAS SUCESSÕES.....	1068
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	883	12. CONSUMIDOR.....	1094
✦ QUESTÕES.....	885	✦ DICAS.....	1097
1. LINDB.....	885	1. LINDB.....	1097
2. PARTE GERAL.....	891	2. PARTE GERAL.....	1097
2.1. TEORIA DAS PESSOAS.....	891	3. OBRIGAÇÕES.....	1099
2.2. TEORIA DOS BENS.....	913	4. CONTRATOS.....	1100
		5. RELAÇÕES DE CONSUMO.....	1110
		6. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1110
		7. REAIS.....	1110
		8. FAMÍLIA.....	1112
		9. SUCESSÕES.....	1113
		✦ ENUNCIADOS DO CJF.....	1113
		1. PARTE GERAL.....	1113
		2. OBRIGAÇÕES.....	1119
		3. CONTRATOS.....	1121
		4. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1125
		5. REAIS.....	1128
		6. FAMÍLIA.....	1133
		7. SUCESSÕES.....	1137
		✦ SÚMULAS DO STJ.....	1138
		1. PARTE GERAL.....	1138
		1.1. FRAUDE CONTRA CREDORES.....	1138
		2. PRESCRIÇÃO.....	1138
		2.1. ARGUIÇÃO PROCESSUAL.....	1138

2.2.	PRETENSÃO INDENIZATÓRIA	1138	5.1.	CONCUBINATO.....	1142
2.3.	PRETENSÃO INDENIZATÓRIA EM CONTRATO DE SEGURO.....	1138	5.2.	REGIME DE BENS	1142
3.	CONTRATOS	1138	DIREITO CONSTITUCIONAL..... 1143		
3.1.	CONTRATOS	1138	<i>Paulo Lépare</i>		
3.2.	DIREITO AUTORAL.....	1139	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES..... 1143		
4.	RELAÇÕES DE CONSUMO	1139	✦ QUESTÕES..... 1145		
4.1.	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1139	1.	CONSTITUIÇÃO. CONCEITO. CLASSIFICAÇÃO. APLICABILIDADE E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO.....	1145
4.2.	PLANO DE SAÚDE.....	1139	2.	PODER CONSTITUINTE. CONCEITO, FINALIDADE, TITULARIDADE E ESPÉCIES. REFORMA DA CONSTITUIÇÃO. CLÁUSULAS PÉTREAS	1152
4.3.	SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO..	1139	3.	PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	1157
4.4.	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	1139	4.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	1162
5.	RESPONSABILIDADE CIVIL	1139	4.1.	DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS, COLETIVOS.....	1168
5.1.	RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1139	4.2.	AÇÕES OU REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	1173
5.1.1.	ACIDENTE DE TRÂNSITO.....	1139	4.3.	DIREITOS SOCIAIS.....	1181
5.1.2.	CÁLCULO DE INDENIZAÇÃO..	1139	4.4.	DIREITOS DA NACIONALIDADE	1185
5.1.3.	DANO MORAL	1140	4.5.	DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	1189
5.1.4.	FURTO EM ESTACIONAMENTO.....	1140	5.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	1190
5.1.5.	LEI DE IMPRENSA	1140	5.1.	ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA.....	1191
5.1.6.	TÍTULO DE CRÉDITO	1140	5.2.	ENTES FEDERADOS E DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	1197
6.	REAIS	1140	5.3.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1201
6.1.	USUCAPIÃO	1140	5.3.1.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA....	1208
7.	DIREITO IMOBILIÁRIO	1140	5.3.2.	DIREITOS DO SERVIDOR. REMUNERAÇÃO, CUMULAÇÃO DE CARGOS, GREVE E APOSENTADORIA.....	1209
7.1.	CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO.....	1140	5.4.	SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	1211
7.2.	HIPOTECA.....	1140	5.4.1.	PODER LEGISLATIVO	1213
7.3.	LOCAÇÃO IMOBILIÁRIA URBANA	1141	5.4.2.	PODER EXECUTIVO	1223
7.4.	REGISTRO IMOBILIÁRIO	1141	5.4.3.	PODER JUDICIÁRIO	1225
8.	FAMÍLIA	1141	5.4.4.	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	1230
8.1.	DIREITO DE FAMÍLIA.....	1141	5.4.5.	SÚMULA VINCULANTE	1232
8.1.1.	ALIMENTOS	1141	5.5.	FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	1234
8.1.2.	BEM DE FAMÍLIA.....	1141	6.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	1239
8.1.3.	DIVÓRCIO.....	1141	7.	DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1246
8.2.	INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE.....	1141	8.	SEGURANÇA PÚBLICA	1254
✦ SÚMULAS DO STF		1141			
1.	PARTE GERAL	1141			
1.1.	PRESCRIÇÃO.....	1141			
2.	CONTRATOS	1141			
2.1.	COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS.....	1141			
2.2.	CONTRATOS	1141			
3.	RESPONSABILIDADE CIVIL	1142			
3.1.	RESPONSABILIDADE CIVIL.....	1142			
4.	REAIS	1142			
4.1.	USUCAPIÃO	1142			
4.2.	PROTEÇÃO POSSESSÓRIA.....	1142			
4.3.	DIREITOS DE VIZINHANÇA.....	1142			
5.	FAMÍLIA	1142			

9. TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO.....	1255	13. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92	1511
10. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	1259	✦ DICAS (RESUMO).....	1519
11. ORDEM SOCIAL.....	1264	1. CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	1519
✦ DICAS.....	1281	2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	1519
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	1281	3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR ..	1520
PODER CONSTITUINTE E DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	1287	4. AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	1524
1. PODER CONSTITUINTE	1287	5. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1528
2. DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL	1289	5.1. LEI Nº 8.112/90	1528
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	1290	6. PODERES ADMINISTRATIVOS	1536
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	1292	7. ATO ADMINISTRATIVO.....	1537
SÚMULAS.....	1314	8. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	1539
DIREITOS SOCIAIS.....	1315	8.1. LEI Nº 9.784/99.....	1539
DIREITOS DA NACIONALIDADE.....	1318	9. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	1541
DIREITOS POLÍTICOS E SISTEMAS ELEITORAIS.....	1320	10. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	1547
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	1323	11. BENS PÚBLICOS	1549
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1329	12. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	1550
SEPARAÇÃO DOS PODERES.....	1334	13. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	1551
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	1352	14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1553
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	1358	15. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: LEI Nº 8.429/92	1554
DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	1376	✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	1556
TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO.....	1377	1. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1556
ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	1379	1.1. SÚMULAS	1556
ORDEM SOCIAL.....	1380	2. AGENTES PÚBLICOS.....	1556
		2.1. SERVIDOR PÚBLICO	1556
		2.1.1. CONCURSO PÚBLICO	1556
		2.1.2. DEMISSÃO.....	1557
		2.1.3. DISPONIBILIDADE.....	1557
		2.1.4. REMUNERAÇÃO.....	1557
		2.1.5. TEMPO DE SERVIÇO	1557
		2.1.6. VITALICIEDADE	1558
		2.1.7. NOMEAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO (NEPOTISMO)	1558
		3. PODERES ADMINISTRATIVOS	1558
		3.1. PODER DE POLÍCIA.....	1558
		4. ATO ADMINISTRATIVO.....	1558
		5. PROCESSO ADMINISTRATIVO	1558
		6. BENS PÚBLICOS	1558
		7. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	1559
		7.1. DESAPROPRIAÇÃO.....	1559
DIREITO ADMINISTRATIVO	1385		
<i>Leandro Bortoleto e Luís Felipe Cirino</i>			
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	1385		
✦ QUESTÕES.....	1387		
1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	1387		
2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR...	1397		
3. AGENTES PÚBLICOS: DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS	1408		
4. PODERES ADMINISTRATIVOS.....	1420		
5. ATO ADMINISTRATIVO.....	1430		
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	1446		
7. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	1453		
8. SERVIÇOS PÚBLICOS.....	1471		
9. BENS PÚBLICOS	1479		
10. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE ...	1486		
11. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	1496		
12. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	1502		

TOMO 2

PROIBIDA A VENDA
apenas deste tomo

Sumário

DIREITO EMPRESARIAL.....	25	10.5.2. CONSTITUIÇÃO.....	79
<i>Estefânia Rossignoli</i>		10.5.3. VALORES MOBILIÁRIOS.....	80
TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	25	10.5.4. PODER DE CONTROLE	83
✦ QUESTÕES.....	27	10.6. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	83
1. EMPRESA.....	27	10.7. GRUPO DE SOCIEDADE	85
2. EMPRESÁRIO	28	11. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS	86
3. EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.....	35	11.1. ASPECTOS GERAIS.....	86
4. MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.....	37	11.1.1. APLICABILIDADE DA LEI.....	86
5. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	39	11.1.2. COMPETÊNCIA	89
6. NOME EMPRESARIAL.....	43	11.1.3. ASSEMBLEIA E COMITÊ DE CREDORES.....	89
7. REGISTRO EMPRESARIAL	45	11.1.4. ADMINISTRADOR JUDICIAL...	90
8. ESCRITURAÇÃO EMPRESARIAL	50	11.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL	90
9. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	51	11.2.1. ASPECTOS GERAIS.....	90
10. DIREITO SOCIETÁRIO.....	56	11.2.2. REQUISITOS.....	93
10.1. ASPECTOS GERAIS.....	56	11.2.3. EFEITOS.....	95
10.2. SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS..	62	11.2.4. PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO.....	95
10.3. SOCIEDADE SIMPLES.....	63	11.3. FALÊNCIA.....	96
10.3.1. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS	64	11.3.1. ATOS DE FALÊNCIA.....	96
10.3.2. REGISTRO	65	11.3.2. SENTENÇA DE FALÊNCIA E SEUS EFEITOS.....	97
10.3.3. FORMA.....	68	11.3.3. LEVANTAMENTO DO ATIVO...	99
10.3.4. ADMINISTRAÇÃO.....	69	11.3.4. PAGAMENTO DOS CREDORES.....	100
10.4. SOCIEDADE LIMITADA.....	70	11.3.5. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA	101
10.4.1. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS	71	11.4. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	101
10.4.2. QUOTAS	72	12. TÍTULOS DE CRÉDITO.....	103
10.4.3. INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL.....	72	12.1. ASPECTOS GERAIS.....	103
10.4.4. ADMINISTRAÇÃO.....	73	12.2. AVAL	107
10.4.5. DELIBERAÇÃO DOS SÓCIOS...	75	12.3. ENDOSSO	110
10.4.6. CONSELHO FISCAL	76	12.4. PROTESTO	112
10.4.7. DISSOLUÇÃO	76	12.5. TÍTULOS EM ESPÉCIE	119
10.5. SOCIEDADE ANÔNIMA.....	78	12.5.1. CHEQUE	119
10.5.1. INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL.....	78	12.5.2. DUPLICATA	123
		12.5.3. LETRA DE CÂMBIO	126
		12.5.4. NOTA PROMISSÓRIA.....	129
		13. CONTRATOS COMERCIAIS.....	130

✦ DICAS (RESUMO).....	133	3. RESPONSABILIDADE NO TRANSPORTE MERCANTIL.....	145
1. EMPRESÁRIO E EMPRESA.....	133	4. TÍTULOS DE CRÉDITO.....	145
2. EIRELI.....	133	✦ SÚMULAS STJ	145
3. ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL.....	134	1. DIREITO FALIMENTAR.....	145
4. NOME EMPRESARIAL.....	134	1.1. DIREITO PROCESSUAL	145
5. REGISTRO DE EMPRESA.....	135	1.2. FALÊNCIA.....	146
6. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	135	1.3. RESTITUIÇÃO DE ADIANTAMENTO DE CONTRATO DE CÂMBIO	146
7. SOCIEDADES EM GERAL.....	135	2. MARCA COMERCIAL.....	146
8. SOCIEDADE SIMPLES.....	136	3. TÍTULOS DE CRÉDITO.....	146
9. SOCIEDADE LIMITADA.....	136	3.1. CHEQUE.....	146
9.1. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS PELAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS	136	3.2. CRÉDITO RURAL	146
9.2. ADMINISTRAÇÃO.....	137	3.3. MÚTUO.....	146
9.3. DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS.....	137	3.4. NOTA PROMISSÓRIA.....	146
10. SOCIEDADE ANÔNIMA.....	137	3.5. PROTESTO	146
10.1. ASPECTOS GERAIS.....	137	4. TRANSPORTE COMERCIAL	146
10.2. ADMINISTRAÇÃO.....	138	DIREITO PROCESSUAL CIVIL	147
10.3. PROTEÇÃO AO ACIONISTA MINORITÁRIO	138	<i>Luciano Alves Rossato</i>	
10.4. DIREITOS DOS ACIONISTAS.....	138	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	147
11. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.....	139	✦ QUESTÕES.....	149
12. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	139	1. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	149
13. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS.....	139	2. DA JURISDIÇÃO, DA AÇÃO E DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	152
13.1. APLICABILIDADE DA LEI.....	139	3. DOS SUJEITOS DO PROCESSO	155
13.2. RECUPERAÇÃO JUDICIAL	139	4. DO LITISCONSÓRCIO.....	160
13.3. FALÊNCIA.....	140	5. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	161
13.3.1. SENTENÇA DE FALÊNCIA.....	140	6. DO MINISTÉRIO PÚBLICO	164
13.3.2. PAGAMENTO DOS CREDITORES.....	140	7. DA COMPETÊNCIA	165
13.3.3. PEDIDOS DE RESTITUIÇÃO	141	8. DO JUIZ.....	170
13.4. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	141	9. DO DEPOSITÁRIO, DO ADMINISTRADOR, DOS CONCILIADORES E MEDIADORES JUDICIAIS	171
14. TÍTULOS DE CRÉDITO	141	10. DOS ATOS PROCESSUAIS EM GERAL	172
14.1. ASPECTOS GERAIS.....	141	11. DAS NULIDADES.....	178
14.2. PRINCÍPIOS	141	12. DA TUTELA PROVISÓRIA.....	180
14.3. ENDOSSO	142	13. DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	182
14.4. AVAL	142	14. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO PROCEDIMENTO COMUM.....	183
14.5. PROTESTO.....	142	15. DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA.....	191
14.6. DUPLICATAS.....	143	16. DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	193
14.7. CHEQUE.....	143	DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO CPC	194
14.8. NOTA PROMISSÓRIA.....	143	17. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	194
14.9. LETRA DE CÂMBIO	143	18. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS CONTENCIOSOS E DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	196
14.10. CÉDULAS DE CRÉDITO.....	144		
15. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....	144		
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	145		
✦ SÚMULAS STF.....	145		
1. EXIBIÇÃO DE LIVROS	145		
2. FALÊNCIA E CONCORDATA	145		

19. DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER.....	200	3. FONTES.....	235
20. DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	201	4. LEI PROCESSUAL CIVIL.....	236
21. DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	205	4.1. EFICÁCIA E APLICAÇÃO.....	236
22. DA EXECUÇÃO FISCAL.....	208	4.2. DIREITO PROCESSUAL INTERTEMPO- RAL. CRITÉRIOS.....	236
23. DOS EMBARGOS DO DEVEDOR.....	208	5. JURISDIÇÃO.....	237
24. DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS.....	210	5.1. CONCEITO.....	237
25. DOS RECURSOS.....	212	5.2. CARACTERÍSTICAS.....	238
26. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS EM LEIS EXTRAVAGANTES.....	217	5.3. NATUREZA JURÍDICA.....	238
27. DO PROCEDIMENTO JUDICIAL E EXTRAJU- DICIAL DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO IMO- BILIÁRIO.....	226	5.4. PRINCÍPIOS.....	238
28. DA ARBITRAGEM E DA MEDIAÇÃO.....	227	5.5. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL....	238
✦ DICAS.....	232	6. COMPETÊNCIA.....	239
1. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – LEI FED- ERAL N. 13.105/2015 E ALTERAÇÕES E LEGIS- LAÇÕES ESPECIAIS.....	232	6.1. CRITÉRIOS DETERMINADORES.....	239
2. PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL.....	232	6.1.1. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.....	239
2.1. AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	232	6.1.2. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR E DO TERRITÓRIO.....	239
2.2. OS PRINCÍPIOS E A SUA FORÇA NOR- MATIVA.....	232	6.1.3. COMPETÊNCIA FUNCIONAL... ..	240
2.3. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS MANTI- DOS NO NOVO CPC E A INSERÇÃO DE NOVOS PRINCÍPIOS COM FUNDA- MENTO CONSTITUCIONAL.....	233	6.1.4. COMPETÊNCIA TERRITORIAL.....	240
2.4. CLASSIFICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS PROCESSUAIS: PRINCÍPIOS INFORMA- TIVOS E FUNDAMENTAIS.....	234	6.1.5. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.....	240
2.5. PRINCÍPIOS EXPRESSOS NA CONSTI- TUIÇÃO FEDERAL.....	234	6.1.6. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS SUPERI- ORES.....	241
2.5.1. PRINCÍPIO DO DEVIDO PRO- CESSO LEGAL.....	234	6.2. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELA- TIVA.....	242
2.5.2. PRINCÍPIO DA ISONOMIA.....	234	6.3. MODIFICAÇÕES DA COMPETÊNCIA.....	242
2.5.3. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL.....	234	6.4. MEIOS DE DECLARAÇÃO DE INCOM- PETÊNCIA.....	243
2.5.4. PRINCÍPIO DA INAFSTABIL- IDADE DO CONTROLE JURIS- DICIAL.....	234	6.5. CONFLITOS DE COMPETÊNCIA E DE ATRIBUIÇÕES.....	243
2.5.5. PRINCÍPIO DO CONTRA- DITÓRIO.....	235	7. DIREITO DE AÇÃO.....	244
2.5.6. PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA PROVA ILÍCITA.....	235	7.1. O DIREITO DE AÇÃO OU DIREITO À JURISDIÇÃO.....	244
2.5.7. PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	235	7.2. ELEMENTOS.....	244
2.5.8. PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	235	7.3. CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	244
2.5.9. PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO.....	235	7.4. CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS IDENTI- FICADORES.....	246
2.6. NORMAS FUNDAMENTAIS CONTIDAS NO NOVO CPC.....	235	7.5. CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES.....	246
		8. PROCESSO.....	246
		8.1. NOÇÕES GERAIS.....	246
		8.2. RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL.....	246
		8.3. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	246
		8.4. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS DE DESENVOLVIMENTO (OU DE VALI- DADE).....	247
		8.5. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS NEGA- TIVOS.....	247
		9. PROCESSO E PROCEDIMENTO.....	247
		9.1. O PROCESSO SINCRÉTICO.....	247

9.2.	DO PROCEDIMENTO.....	247	12.4.5.	VEDAÇÃO DA DENUNCIÇÃO DA LIDE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR LIGADA À INDENIZAÇÃO POR FATO DO PRODUTO.....	256
9.3.	DO PROCEDIMENTO COMUM.....	248	12.5.	DO CHAMAMENTO AO PROCESSO.....	256
9.4.	ESPÉCIES DE PROCESSOS E DE PROCEDIMENTOS.....	248	12.5.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS E NATUREZA JURÍDICA.....	256
10.	SUJEITOS PROCESSUAIS.....	248	12.5.2.	DA ADMISSIBILIDADE DO CHAMAMENTO AO PROCESSO.....	257
10.1.	OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.....	248	12.5.3.	DA SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA.....	257
10.2.	JUIZ.....	248	12.5.4.	CHAMAMENTO AO PROCESSO E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	257
10.3.	MEDIADORES E CONCILIADORES.....	248	12.6.	DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	257
10.4.	PRINCÍPIOS. PODERES. DEVERES. RESPONSABILIDADES DO JUIZ.....	249	12.6.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	257
10.5.	IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO.....	249	12.6.2.	A DESCONSIDERAÇÃO REQUERIDA NA PRÓPRIA INICIAL.....	257
10.6.	PARTES E PROCURADORES.....	249	12.6.3.	LEGITIMIDADE PARA REQUERER A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE.....	257
10.7.	CAPACIDADE PROCESSUAL E LEGITIMAÇÃO.....	249	12.6.4.	ADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE.....	258
10.8.	REGULARIZAÇÃO DO VÍCIO.....	250	12.6.5.	PROCEDIMENTO.....	258
10.9.	CURATELA ESPECIAL.....	250	12.7.	INTERVENÇÃO DO <i>AMICUS CURIAE</i>	258
10.10.	REPRESENTAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS E DE ENTES DESPERSONALIZADOS.....	250	12.7.1.	PREVISÃO LEGISLATIVA.....	258
10.11.	REPRESENTAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL.....	251	12.7.2.	QUEM É O <i>AMICUS CURIAE</i> ?.....	259
11.	LITISCONSÓRCIO.....	251	12.7.3.	LIMITAÇÃO À LEGITIMAÇÃO RECURSAL DO <i>AMICUS CURIAE</i>	259
11.1.	CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO.....	251	13.	ADVOGADO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ADVOCACIA PÚBLICA. PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO.....	260
11.2.	LITISCONSÓRCIO EVENTUAL, ALTERNATIVO E SUCESSIVO.....	252	13.1.	ADVOGADO.....	260
12.	DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	252	13.2.	DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	261
12.1.	NOÇÕES GERAIS.....	252	13.3.	ADVOCACIA PÚBLICA.....	261
12.2.	CLASSIFICAÇÃO: INTERVENÇÃO VOLUNTÁRIA E PROVOCADA.....	253	13.4.	PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO.....	261
12.3.	DA ASSISTÊNCIA.....	253	13.4.1.	O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA E O INTERESSE PÚBLICO.....	261
12.3.1.	APONTAMENTOS GERAIS.....	253	13.4.2.	A CITAÇÃO DO ESTADO PARA COMPOR A RELAÇÃO PROCESSUAL.....	261
12.3.2.	MODALIDADES DE ASSISTÊNCIA.....	254	13.4.3.	PRAZOS DIFERENCIADOS PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS.....	262
12.3.3.	PROCEDIMENTO DE INGRESSO DO ASSISTENTE.....	254			
12.3.4.	REQUERIMENTO DE ASSISTÊNCIA FORMULADO PELA UNIÃO.....	254			
12.4.	DA DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	254			
12.4.1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	254			
12.4.2.	A PROVOCÇÃO DA DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	254			
12.4.3.	CABIMENTO DA DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	255			
12.4.4.	CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR EXIGIDO DIRETAMENTE PELO AUTOR EM FACE DO DENUNCIADO.....	256			

13.4.4.	DO NÃO ADIANTAMENTO DE DESPESAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	262	15.4.6.	HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA RECONVENÇÃO	281
13.4.5.	RESTRICÇÕES À CONCESSÃO DE MEDIDAS DE URGÊNCIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	264	15.4.7.	RECONVENÇÃO À RECONVENÇÃO	281
13.4.6.	O REGIME ESPECIAL DAS LIMINARES CONTRA O PODER PÚBLICO.....	265	15.5.	INÉRCIA PROCESSUAL: CONTUMÁCIA E REVELIA	281
13.4.7.	DA REMESSA NECESSÁRIA	267	15.5.1.	CONTUMÁCIA.....	281
14.	FATOS E ATOS PROCESSUAIS	268	15.5.2.	DA REVELIA.....	281
14.1.	CONCEITO DE ATOS PROCESSUAIS.....	268	15.6.	DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	282
14.2.	FORMA.....	268	15.6.1.	DA FORMAÇÃO DO PROCESSO	282
14.3.	DO TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS...	268	15.6.2.	DA SUSPENSÃO DO PROCESSO	282
14.4.	LUGAR.....	269	15.6.3.	DA EXTINÇÃO DO PROCESSO	283
14.5.	DOS PRAZOS PROCESSUAIS.....	269	15.7.	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	283
14.6.	DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS	270	15.8.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	284
14.7.	DAS NULIDADES.....	271	15.9.	DAS PROVAS.....	285
14.8.	NEGÓCIO PROCESSUAL TÍPICO E ATÍPICO.....	271	15.9.9.	EXAME E VALORAÇÃO DA PROVA.....	288
15.	PROCEDIMENTO COMUM	272	15.10.	AUDIÊNCIAS.....	288
15.1.	FASES.....	272	15.11.	DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	288
15.2.	DA PETIÇÃO INICIAL	272	16.	DA TUTELA PROVISÓRIA: TUTELAS DE URGÊNCIA E DE EVIDÊNCIA	289
15.2.1.	INSTRUMENTO DA DEMANDA.....	272	16.1.	FUNGIBILIDADE.....	289
15.2.2.	REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL.....	272	16.2.	PRINCÍPIOS GERAIS.....	289
15.2.3.	DO PEDIDO	273	16.3.	DA TUTELA DE URGÊNCIA	290
15.2.4.	ALTERAÇÃO DO PEDIDO OU DA CAUSA DE PEDIR.....	275	16.3.1.	REQUISITOS COMUNS PARA A TUTELA DE URGÊNCIA.....	290
15.2.5.	INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL.....	275	16.3.2.	PRÉVIA GARANTIA PARA A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE CARÁTER ANTECEDENTE	290
15.2.6.	DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO	276	16.3.3.	COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA	290
15.3.	RESPOSTA DO RÉU	277	16.3.4.	CONDIÇÃO PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA.....	290
15.3.1.	PRINCÍPIOS QUE REGEM A CONTESTAÇÃO	277	16.3.5.	FUNDAMENTOS, REQUISITOS E CONDIÇÃO PARA O DEFERIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA	291
15.3.2.	DA FORMA E DO PRAZO DA CONTESTAÇÃO	277	16.3.6.	A TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA DE FORMA ANTECEDENTE	291
15.3.3.	CONTEÚDO DA RESPOSTA.....	278	16.3.7.	DA ESTABILIZAÇÃO DA MEDIDA.....	291
15.4.	DA RECONVENÇÃO	280	16.3.8.	AÇÃO PARA REVER, REFORMAR OU INVALIDAR A TUTELA ANTECIPADA ESTABILIZADA	292
15.4.1.	CONCEITO.....	280			
15.4.2.	MOMENTO PARA O EXERCÍCIO	280			
15.4.3.	PARTES NA RECONVENÇÃO...	281			
15.4.4.	FORMAÇÃO DO CONTRADITÓRIO NA RECONVENÇÃO.	281			
15.4.5.	A DECISÃO DA RECONVENÇÃO	281			

16.3.9.	DECISÃO QUE NÃO PODEM SER ESTABILIZADAS (FAMÍLIA, PARCIAIS ETC.).....	292	20.3.1.	FINALIDADE	303
16.4.	DA TUTELA CAUTELAR.....	293	20.3.2.	PROVA ORAL DOCUMENTADA.....	303
16.4.1.	MEDIDAS CAUTELARES TÍPICAS E ATÍPICAS.....	293	20.3.3.	POLO PASSIVO	303
16.4.2.	TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE.....	293	20.3.4.	CONSTITUIÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.....	303
16.5.	TUTELA DA EVIDÊNCIA	294	20.3.5.	EMBARGOS À AÇÃO MONITÓRIA.....	303
16.5.1.	DIFERENCIAÇÃO PARA COM A TUTELA DE URGÊNCIA.....	294	20.4.	EMBARGOS DE TERCEIROS.....	303
16.5.2.	HIPÓTESES LEGAIS DE TUTELA DA EVIDÊNCIA	294	20.5.	DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	304
16.6.	PROTESTO, NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO. ARRESTO. SEQUESTRO. CAUÇÃO. BUSCA E APREENSÃO. EXIBIÇÃO. JUSTIFICAÇÃO	294	20.5.1.	FIM DA AÇÃO DE PRESTAR CONTAS.....	304
17.	SENTENÇA.....	294	20.5.2.	PROCEDIMENTO DA AÇÃO DE EXIGIR CONTAS.....	304
17.1.	CONCEITO	294	20.5.3.	CONTAS DO INVENTARIANTE, TUTOR, CURADOR, DEPOSITÁRIO E DE QUALQUER OUTRO ADMINISTRADOR	304
17.2.	CLASSIFICAÇÕES.....	296	20.6.	DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	304
17.3.	REQUISITOS.....	297	20.6.1.	A FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS	304
17.4.	EFEITOS	297	20.6.2.	ESPÉCIES DE AÇÕES POSSESSÓRIAS	305
17.5.	PUBLICAÇÃO, INTIMAÇÃO, CORREÇÃO E INTEGRAÇÃO DA SENTENÇA	298	20.6.3.	AÇÕES POSSESSÓRIAS E INVASÕES COLETIVAS.....	305
17.6.	MÉRITO. QUESTÃO PRINCIPAL, QUESTÕES PRELIMINARES E PREJUDICIAIS.....	298	20.6.4.	PEDIDOS NA AÇÃO POSSESSÓRIA.....	305
18.	COISA JULGADA	298	20.6.5.	CONTESTAÇÃO	305
18.1.	CONCEITO E ESPÉCIES	298	20.6.6.	INVIABILIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO PETITÓRIA DURANTE O CURSO DE AÇÃO POSSESSÓRIA	305
18.2.	EFEITOS DA COISA JULGADA.....	299	20.6.7.	PROCEDIMENTO DA AÇÃO POSSESSÓRIA: POSSE NOVA..	305
19.	REMESSA NECESSÁRIA	300	20.6.8.	EXIGÊNCIA DE CAUÇÃO.....	305
20.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	300	20.6.9.	POSSE COM FORÇA NOVA E OS REQUISITOS DA TUTELA POSSESSÓRIA	306
20.1.	GENERALIDADES, CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES.....	300	20.7.	RESTAURAÇÃO DE AUTOS	306
20.2.	DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	300	21.	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA – ESPÉCIES E PROCEDIMENTO.....	307
20.2.1.	FINALIDADE DO PROCEDIMENTO.....	300	21.1.	OS PRONUNCIAMENTOS ILÍQUIDOS QUE RECONHECEM A EXISTÊNCIA DE OBRIGAÇÃO	307
20.2.2.	INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO	300	21.2.	LIQUIDAÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA.....	307
20.2.3.	CONSIGNAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	300	21.3.	CONCOMITANTES LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EM RELAÇÃO AO MESMO TÍTULO.....	307
20.2.4.	LEGITIMIDADE.....	301	21.4.	APURAÇÃO DO VALOR DEPENDENTE DE CÁLCULOS ARITMÉTICOS.....	308
20.2.5.	COMPETÊNCIA TERRITORIAL..	301			
20.2.6.	EFEITOS DA CONSIGNAÇÃO...	301			
20.2.7.	DEPÓSITO DAS PRESTAÇÕES SUCESSIVAS.....	301			
20.2.8.	PETIÇÃO INICIAL: REQUISITOS INTRÍNSECOS	301			
20.2.9.	CONSIGNAÇÃO DE COISA INDETERMINADA.....	301			
20.3.	AÇÃO MONITÓRIA.....	303			

21.5.	FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS NA LIQUIDAÇÃO PROPOSTA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.....	308	23.6.3.	ADMISSIBILIDADE OU NÃO DOS EMBARGOS.....	319
21.6.	LIQUIDAÇÃO INCIDENTAL E AUTÔNOMA.....	308	23.6.4.	EFEITO SUSPENSIVO.....	319
21.7.	INICIATIVA DA LIQUIDAÇÃO.....	308	23.6.5.	PRONUNCIAMENTO QUE DECIDE OS EMBARGOS.....	319
21.8.	PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO DO VALOR.....	309	24.	EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA.....	319
21.8.1.	LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO.....	309	24.1.	CONCEITO DE AÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	319
21.8.2.	LIQUIDAÇÃO PELO PROCEDIMENTO COMUM.....	309	24.2.	CONCEITO DE EXECUÇÃO FISCAL.....	319
21.9.	NATUREZA DO PRONUNCIAMENTO QUE JULGA DA LIQUIDAÇÃO.....	309	24.3.	FUNDAMENTO.....	319
21.10.	CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA NA LIQUIDAÇÃO.....	309	24.4.	CANCELAMENTO X SUBSTITUIÇÃO DA CDA.....	319
21.11.	INVIABILIDADE DAS SENTENÇAS ILÍQUIDAS NO ÂMBITO DOS JUÍZADOS.....	309	24.5.	COMPETÊNCIA.....	320
21.12.	LIQUIDAÇÃO IMPRÓPRIA.....	309	24.6.	LEGITIMIDADE ATIVA.....	320
22.	CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	310	24.7.	LEGITIMIDADE PASSIVA.....	320
22.1.	TÍTULOS EXECUTIVOS.....	310	24.8.	PROCEDIMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL.....	321
22.2.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ENQUANTO FASE DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	310	24.9.	ADJUDICAÇÃO.....	321
22.3.	COMPETÊNCIA.....	310	24.10.	DA DEFESA INCIDENTAL DO EXECUTADO.....	321
22.4.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE O DEVER DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	311	24.11.	A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE..	322
22.5.	CUMPRIMENTO PROVISÓRIO.....	311	24.12.	RECURSOS.....	322
22.6.	PROCEDIMENTO DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA.....	311	25.	DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	322
22.7.	IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	312	25.1.	LOCALIZAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	322
23.	PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	312	25.2.	CONCEITOS IMPORTANTES: A JURISPRUDÊNCIA, O EXEMPLO, A SÚMULA E O PRECEDENTE.....	322
23.1.	PRINCÍPIOS GERAIS E ESPÉCIES.....	312	25.2.1.	JURISPRUDÊNCIA.....	322
23.2.	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. REGIME DE PRECATÓRIOS. REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.....	313	25.2.2.	EXEMPLO/DECISÃO.....	323
23.3.	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA.....	313	25.2.3.	SÚMULA.....	323
23.4.	MEIOS EXPROPRIATÓRIOS.....	314	25.3.	PRECEDENTE.....	324
23.4.1.	ADJUDICAÇÃO.....	314	25.4.	DEVER DE ESTABILIDADE, INTEGRIDADE E COERÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA PELOS TRIBUNAIS.....	325
23.4.2.	DA ALIENAÇÃO DE BENS.....	315	25.5.	OS PRECEDENTES NO CPC DE 2015.....	326
23.5.	SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	318	25.5.1.	DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE.....	326
23.6.	EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	318	25.5.2.	SÚMULAS VINCULANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SÚMULAS DO STF EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL E DO STJ EM MATÉRIA INFRA-CONSTITUCIONAL.....	326
23.6.1.	NATUREZA JURÍDICA.....	318	25.5.3.	INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E O INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	326
23.6.2.	REQUISITOS PARA A ADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS.....	318			

25.5.4.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO REPETITIVO.....	326	26.1.4.	LEGITIMAÇÃO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO POPULAR	346
25.5.5.	RECURSO ESPECIAL REPETITIVO	326	26.1.5.	POLO PASSIVO	346
25.5.6.	PRECEDENTES ORIUNDOS DO PLENÁRIO OU DO ÓRGÃO ESPECIAL.....	327	26.1.6.	DO PROCEDIMENTO DA AÇÃO POPULAR.....	346
25.6.	RECLAMAÇÃO	327	26.1.7.	DA SENTENÇA NA AÇÃO POPULAR.....	347
25.7.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	327	26.1.8.	DA COISA JULGADA.....	347
25.7.1.	CONCEITO	327	26.1.9.	REMESSA NECESSÁRIA	347
25.7.2.	OBJETO DA AÇÃO RESCISÓRIA	327	26.2.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	347
25.7.3.	COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO.....	329	26.2.1.	DENOMINAÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA E INTERESSES TUTELADOS PELA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	347
25.7.4.	AJUIZAMENTO DA AÇÃO PERANTE TRIBUNAL INCOMPETENTE.....	329	26.2.2.	DOS ENTES LEGITIMADOS.....	348
25.7.5.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DA AÇÃO RESCISÓRIA .	330	26.2.3.	COISA JULGADA	348
25.7.6.	HIPÓTESES INDICADAS NO ART. 966 CPC.....	331	26.3.	MANDADO DE SEGURANÇA	348
25.7.7.	LEGITIMIDADE PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA	331	26.3.1.	INTRODUÇÃO.....	348
25.7.8.	POLO PASSIVO	332	26.3.2.	PRAZO PARA O AJUIZAMENTO.....	349
25.7.9.	NÃO IMPEDIMENTO À EXECUÇÃO.....	332	26.3.3.	LEGITIMIDADE ATIVA	349
25.8.	MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	332	26.3.4.	O POLO PASSIVO NO MANDADO DE SEGURANÇA.....	349
25.9.	RECURSOS.....	332	26.3.5.	A AUTORIDADE APONTADA COMO COATORA.....	349
25.9.1.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE.....	332	26.3.6.	O DIREITO LÍQUIDO E CERTO COMO REQUISITO ESPECÍFICO DE ADMISSIBILIDADE.....	350
25.9.2.	EFEITOS DOS RECURSOS	341	26.3.7.	VEDAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA	350
25.9.3.	APELAÇÃO	342	26.3.8.	VEDAÇÃO DA CONCESSÃO DE LIMINAR	350
25.9.4.	AGRAVOS (AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO INTERNO).....	342	26.3.9.	COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	350
25.9.5.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	343	26.4.	MANDADO DE INJUNÇÃO	352
25.9.6.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	343	26.4.1.	OBSERVAÇÕES PRÉVIAS.....	352
25.9.7.	RECURSO ORDINÁRIO	343	26.4.2.	LEGITIMIDADE.....	352
25.9.8.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	344	26.4.3.	RECONHECIMENTO DA MORA LEGISLATIVA.....	352
25.10.	AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO	345	26.4.4.	EFEITOS DA DECISÃO	352
26.	AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	345	26.4.5.	MANDADO DE INJUNÇÃO COLETIVO.....	352
26.1.	AÇÃO POPULAR.....	345	26.4.6.	APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO PROCEDIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	353
26.1.1.	DEFINIÇÃO.....	345	26.5.	HABEAS DATA	353
26.1.2.	ESPÉCIE DO GÊNERO AÇÕES COLETIVAS.....	346	26.5.1.	PREVISÃO CONSTITUCIONAL E REGULAMENTAÇÃO PROCEDIMENTAL.....	353
26.1.3.	LEGITIMAÇÃO ATIVA COLETIVA.....	346	26.5.2.	LEGITIMIDADE.....	353

26.5.3.	CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA A AÇÃO	353	27.2.5.	MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	362
26.5.4.	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	353	27.2.6.	DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	363
26.5.5.	COMPETÊNCIA	353	27.3.	JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	364
26.6.	AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	354	27.3.1.	criação	364
26.6.1.	ASPECTOS DE DIREITO MATERIAL	354	27.3.2.	COMPETÊNCIA	364
26.6.2.	LEGITIMIDADE	355	27.3.3.	PARTES	364
26.6.3.	PROCEDIMENTO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	355	27.3.4.	INEXISTÊNCIA DE PRAZOS DIFERENCIADOS	364
26.6.4.	A POSSIBILIDADE DE CELEBRAR TRANSAÇÃO EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	355	27.3.5.	RECURSOS	364
26.6.5.	SEQUESTRO E ARRESTO DE BENS	356	27.3.6.	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	365
26.6.6.	AFASTAMENTO PROVISÓRIO	356	✦ SÚMULAS	365	
26.6.7.	INDISPONIBILIDADE DE BENS	356	NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL E APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS	365	
26.6.8.	PREVENÇÃO DO JUÍZO	357	COMPETÊNCIA INTERNA	365	
26.6.9.	DA SENTENÇA	357	CAPACIDADE PROCESSUAL	366	
27.	DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS E DOS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA	357	GRATUIDADE DA JUSTIÇA	366	
27.1.	JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	357	ATOS PROCESSUAIS – FORMA, TEMPO, LUGAR E COMUNICAÇÃO	366	
27.1.1.	COMPETÊNCIA	357	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO	366	
27.1.2.	COMPETÊNCIA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	358	RESPOSTA DO RÉU	366	
27.1.3.	DAS CAUSAS EXCLUÍDAS DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS	358	PROVAS	367	
27.1.4.	DA COMPETÊNCIA TERRITORIAL	358	SENTENÇA E COISA JULGADA	367	
27.1.5.	PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO	359	LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	367	
27.1.6.	DA VEDAÇÃO DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	359	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	367	
27.1.7.	DOS CONCILIADORES E DOS JUÍZES LEIGOS	359	AÇÕES POSSESSÓRIAS	367	
27.1.8.	DA EQUIDADE	359	INVENTÁRIO E PARTILHA	367	
27.1.9.	DA CONCILIAÇÃO E DA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	359	EMBARGOS DE TERCEIROS	367	
27.1.10.	DO RECURSO INOMINADO	360	AÇÃO MONITÓRIA	367	
27.2.	DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	361	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	368	
27.2.1.	COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS	361	MANDADO DE SEGURANÇA	368	
27.2.2.	CAUSAS EXCLUÍDAS DA COMPETÊNCIA DOS JEF	361	AÇÕES COLETIVAS	368	
27.2.3.	DAS PARTES NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS	361	AÇÃO POPULAR	368	
27.2.4.	DO DEVER INFORMAÇÃO	362	AÇÕES E OUTROS PROCEDIMENTOS CONSTITUCIONAIS	368	
			PROCESSO DE EXECUÇÃO	368	
			PARTES	368	
			TÍTULO EXECUTIVO	369	
			RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	369	
			PENHORA	369	
			EXECUÇÃO DE ALIMENTOS	369	
			EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	369	
			EXECUÇÃO FISCAL	369	
			AÇÃO RESCISÓRIA	370	

✦ INFORMATIVOS APLICÁVEIS	370	2. DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	375
✦ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	370	2.1. DA EXECUÇÃO EM GERAL.....	375
1. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	370	2.1.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	375
1.1. DAS PARTES E DOS PROCURADORES..	370	2.2. DAS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....	376
1.2. DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	371	2.2.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	376
1.2.1. DA COMPETÊNCIA.....	371	2.2.2. DA PENHORA, DA AVALIAÇÃO E DA EXPROPRIAÇÃO DE BENS.....	376
1.3. DA FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	371	2.2.3. DA EXECUÇÃO DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA.....	376
1.4. DO PROCESSO NOS TRIBUNAIS.....	371	2.3. DOS EMBARGOS DO DEVEDOR.....	377
1.4.1. DA RECLAMAÇÃO.....	371	3. DO PROCESSO CAUTELAR.....	377
1.5. DOS RECURSOS.....	371	3.1. DOS PROCEDIMENTOS CAUTELARES ESPECÍFICOS.....	377
1.5.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	371	4. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	377
1.5.2. DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	371	4.1. DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA.....	377
1.5.3. DOS RECURSOS PARA O STF E O STJ.....	371	4.1.1. DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	377
2. DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	372	4.1.2. DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS....	377
3. OUTROS TEMAS.....	372	4.1.3. DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	378
✦ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .	372	4.1.4. DOS EMBARGOS DE TERCEIRO.....	378
1. DO PROCESSO DE CONHECIMENTO.....	372	4.1.5. DA AÇÃO MONITÓRIA.....	378
1.1. DAS PARTES E DOS PROCURADORES..	372	DIREITO TRIBUTÁRIO	379
1.1.1. DA CAPACIDADE PROCESSUAL.....	372	<i>Harrison Leite e Thiana Cairo</i>	
1.1.2. DOS DEVERES DAS PARTES E DOS SEUS PROCURADORES (HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS).....	372	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	379
1.2. DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	373	✦ QUESTÕES.....	381
1.3. DOS ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	373	1. DIREITO TRIBUTÁRIO. ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO. TRIBUTO. CONCEITO. ESPÉCIES.....	381
1.3.1. DA COMPETÊNCIA.....	373	1.1. TRIBUTO. CONCEITO.....	381
1.3.2. DO JUIZ, DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA.....	373	1.2. TRIBUTOS. ESPÉCIES.....	385
1.4. DO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO.....	373	1.2.1. TAXAS.....	388
1.4.1. DA REVELIA.....	373	1.2.2. IMPOSTOS.....	398
1.4.2. DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (OUTROS TEMAS)...	373	1.2.3. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.....	399
1.4.3. DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	373	1.2.4. EMPRÉSTIMOS COM-PULSÓRIOS.....	401
1.4.4. DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA.....	374	1.3. CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS.....	405
1.4.5. DA AÇÃO RESCISÓRIA.....	374	2. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES.....	407
1.5. DOS RECURSOS.....	374	2.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	407
1.5.1. DA APELAÇÃO.....	374	2.2. IMUNIDADES.....	417
1.5.2. DO AGRAVO.....	374		
1.5.3. DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	375		
1.5.4. DOS RECURSOS PARA O STF E O STJ (RECURSO ESPECIAL)....	375		

3.	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ATIVA	425	1.2.	TAXAS	535
4.	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	438	1.3.	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.....	538
5.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	440	1.4.	EMPRÉSTIMOS COMPULSÓRIOS.....	538
6.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEITO ATIVO E PASSIVO.....	448	1.5.	CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS	538
7.	SOLIDARIEDADE. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	451	1.6.	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	538
8.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA.....	453	2.	DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES	540
9.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUSPENSÃO, EXTIÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	462	2.1.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS.....	540
9.1.	LANÇAMENTO.....	462	2.2.	IMUNIDADES.....	543
9.2.	SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	465	3.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA.	545
9.3.	EXTIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO..	470	3.1.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	545
9.4.	EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO..	477	3.2.	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E EFICÁCIA.	546
10.	IMPOSTOS FEDERAIS.....	480	4.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	548
10.1.	IMPOSTO DE RENDA.....	481	5.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR. SUJEITO ATIVO E PASSIVO. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA.	552
10.2.	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL – ITR....	484	5.1.	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. FATO GERADOR.....	552
10.3.	IPI	489	5.2.	SUJEITOS ATIVO E PASSIVO	554
10.4.	IMPOSTOS SOBRE GRANDES FORTUNAS – IGF.....	490	5.3.	CAPACIDADE TRIBUTÁRIA	555
10.5.	IOF	491	6.	SOLIDARIEDADE. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA.....	555
10.6.	IEG – IMPOSTO EXTRAORDINÁRIO DE GUERRA.....	491	6.1.	SOLIDARIEDADE.....	555
11.	IMPOSTOS ESTADUAIS E DISTRITAIS.....	491	6.2.	DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	556
11.1.	ICMS.....	491	6.3.	RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.....	557
11.2.	ITCMD.....	493	6.4.	DENÚNCIA ESPONTÂNEA (ART. 138 CTN)	558
12.	IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRITAIS	505	7.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO. LANÇAMENTO. SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	559
12.1.	IPTU.....	505	7.1.	CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO.....	559
12.2.	ITBI	509	7.2.	EXCLUSÃO, SUSPENSÃO E EXTIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	560
12.3.	ISS.....	518	8.	GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	565
13.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZAÇÃO. DÍVIDA ATIVA. CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL.....	521	8.1.	GARANTIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	566
13.1.	FISCALIZAÇÃO	521	8.2.	PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	567
13.2.	DÍVIDA ATIVA.....	524	9.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA. FISCALIZAÇÃO. DÍVIDA ATIVA. DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL	569
13.3.	CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL.....	525	9.1.	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	569
14.	REPARTIÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA.....	526	9.2.	DÍVIDA ATIVA.....	569
15.	PROCESSO TRIBUTÁRIO	530	9.3.	DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL.....	570
16.	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	531	10.	IMPOSTOS FEDERAIS.....	573
17.	SIMPLES NACIONAL.....	531			
★	DICAS.....	533			
1.	TRIBUTO. ESPÉCIES.....	533			
1.1.	IMPOSTOS.....	534			

11. IMPOSTOS ESTADUAIS E DISTRITAIS	575	2.11. IMPOSTOS ESTADUAIS	596
12. IMPOSTOS MUNICIPAIS E DISTRITAIS	576	2.11.1. ICMS.....	596
13. REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS.....	584	2.11.1. IPVA.....	597
14. PROCESSO TRIBUTÁRIO	586	2.12. IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	597
		2.12.1. IPTU.....	597
		2.12.2. ISS.....	597
✦ SÚMULAS APLICÁVEIS	591	2.13. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA	597
1. SÚMULAS DO STF	591	2.14. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	598
1.1. TRIBUTO. ESPÉCIES.....	591	3. CARF – CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS	598
1.1.1. TAXAS	591	3.1. TRIBUTOS EM ESPÉCIE.....	598
1.1.2. CONTRIBUIÇÕES	591	3.2. SUJEITOS (ATIVO/PASSIVO), RESPONSABILIDADE, CAPACIDADE E DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO	599
1.2. DAS LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIB- UTAR: PRINCÍPIOS E IMUNIDADES	591	3.3. CRÉDITO TRIBUTÁRIO: CONSTITU- IÇÃO, GARANTIAS, PRIVILÉGIOS, SUS- PENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO.....	600
1.2.1. PRINCÍPIOS CONSTITUCIO- NAIS TRIBUTÁRIOS.....	591	3.4. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	601
1.2.2. IMUNIDADES.....	592		
1.3. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	592	DIREITO PENAL	603
1.4. CRÉDITO TRIBUTÁRIO	592	<i>Danilo da Cunha Sousa</i>	
1.4.1. ISENÇÃO	592	TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	603
1.4.2. DEPÓSITO.....	592	✦ QUESTÕES.....	605
1.5. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	593	1. PARTE GERAL	605
1.6. IMPOSTOS FEDERAIS.....	593	1.1. DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL.....	605
1.6.1. IOF.....	593	1.2. DO CRIME.....	616
1.6.2. IPI.....	593	1.3. DA IMPUTABILIDADE PENAL.....	632
1.6.3. IR.....	593	1.4. DO CONCURSO DE PESSOAS.....	636
1.7. IMPOSTOS ESTADUAIS	593	1.5. DAS PENAS.....	638
1.7.1. ICMS.....	593	1.6. DA AÇÃO PENAL.....	655
1.7.2. ITCMD	593	1.7. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	657
1.8. IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	594	2. PARTE ESPECIAL.....	662
1.8.1. IPTU.....	594	2.1. DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	662
1.8.2. ISS.....	594	2.2. DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	666
1.8.3. ITBI.....	594	2.3. DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	683
1.9. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	594	2.4. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA....	688
1.10. CRIMES TRIBUTÁRIOS	594	2.5. DOS CRIMES CONTRA A ADMINIS- TRAÇÃO PÚBLICA	696
2. SÚMULAS DO STJ.....	594	2.6. DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	714
2.1. TAXAS	594	3. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	716
2.2. SIMPLES.....	594	3.1. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E RELAÇÕES DE CONSUMO.....	716
2.3. CONTRIBUIÇÕES	594	3.2. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE ...	718
2.4. CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	595	3.3. CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO	720
2.5. DEPÓSITO.....	595	3.4. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	722
2.6. REPETIÇÃO DO INDÉBITO	595	3.5. CRIME ORGANIZADO.....	724
2.7. REFIS.....	595		
2.8. COMPENSAÇÃO.....	595		
2.9. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. DENÚNCIA ESPONTÂNEA.....	595		
2.10. IMPOSTOS FEDERAIS.....	596		
2.10.1. IOF.....	596		
2.10.2. IPI.....	596		
2.10.3. IR.....	596		

3.6.	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	724	8.1.1.	CONDUTA.....	748
3.7.	ESTATUTO DO IDOSO.....	727	8.1.2.	RELAÇÃO DE CAUSALIDADE. TEORIAS. IMPUTAÇÃO OBJETIVA.....	749
3.8.	CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO	728	8.1.3.	TIPICIDADE	750
3.9.	ABUSO DE AUTORIDADE	728	8.2.	ANTI JURICIDADE	750
3.10.	LEI DE EXECUÇÕES PENAS.....	730	8.3.	CULPABILIDADE	751
3.11.	LEI DE CRIMES HEDIONDOS.....	731	8.4.	CONDIÇÕES OBJETIVAS DE PUNIBILIDADE E ESCUSAS ABSOLUTÓRIAS	752
3.12.	RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS..	733	8.5.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ. ARREPENDIMENTO POSTERIOR. CRIME IMPOSSÍVEL.....	752
3.13.	CRIME DE TORTURA.....	733	9.	ERRO	753
3.14.	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	735	10.	DO CONCURSO DE PESSOAS	753
3.15.	LEI DE DROGAS.....	736	11.	PENAS.....	754
3.16.	ESTATUTO DO DESARMAMENTO.....	739	12.	EFEITOS DA CONDENAÇÃO	757
3.17.	CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.....	740	13.	REABILITAÇÃO.....	758
3.18.	CÓDIGO ELEITORAL.....	740	14.	MEDIDAS DE SEGURANÇA E EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	758
3.19.	LEI DE RACISMO E DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOA PORTADORA DE HIV OU DOENTE DE AIDS.....	740	15.	AÇÃO PENAL	758
3.20.	LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO.....	741	16.	CAUSAS DE EXTINTIVAS DE PUNIBILIDADE	758
3.21.	LEI MARIA DA PENHA.....	742	17.	CRIMES EM ESPÉCIE	761
✦ DICAS.....	743		17.1.	CRIMES CONTRA A PESSOA.....	761
1.	HISTÓRIA DO DIREITO PENAL.....	743	17.2.	DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO ESTELIONATO	771
2.	CRIMINOLOGIA	743	17.3.	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL.....	773
3.	POLÍTICA CRIMINAL.....	743	17.3.1.	NOVIDADES TRAZIDAS PELA LEI Nº 13.718/2018.....	774
4.	PRINCÍPIOS PENAS E CONSTITUCIONAIS	743	17.4.	CRIMES CONTRA A FAMÍLIA.....	775
5.	INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI PENAL ..	744	17.5.	DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA...	775
5.1.	ANALOGIA.....	744	17.6.	DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	778
6.	NORMAL PENAL. CLASSIFICAÇÃO E ESPÉCIE DAS INFRAÇÕES PENAS. CONCURSO APARENTE DE NORMAS.....	744	18.	LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE.....	787
6.1.	CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAS	745	18.1.	CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	787
7.	APLICAÇÃO DA LEI PENAL	745	18.2.	CRIMES AMBIENTAIS	787
7.1.	A LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	745	18.3.	CRIMES HEDIONDOS.....	788
7.2.	TEMPO E LUGAR DO CRIME.....	746	18.4.	LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE	788
7.3.	LEI PENAL EXCEPCIONAL, ESPECIAL E TEMPORÁRIA	746	18.5.	LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO	788
7.4.	TERRITORIALIDADE E EXTRATERRITORIALIDADE DA LEI PENAL	746	18.6.	LEI DE TORTURA	789
7.5.	PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO....	746	18.7.	LEI DE DROGAS.....	789
7.6.	EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA.....	747	18.8.	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	790
7.7.	CONTAGEM DE PRAZO	747	18.9.	ESTATUTO DO DESARMAMENTO.....	792
7.8.	FRAÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS DA PENA.....	747	18.10.	LEI MARIA DA PENHA	792
7.9.	IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL	747	✦ JURISPRUDÊNCIA DO STJ	793	
8.	TEORIA DO DELITO.....	747	18.11.	LEI DE CRIME ORGANIZADO.....	793
8.1.	TEORIA DO TIPO. O FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS	748			

18.12. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.....	794	6. PROVAS.....	921
18.13. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	795	7. PRISÃO E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES.....	921
18.14. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL	795	8. PROCEDIMENTOS	922
18.15. LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	796	8.1. TRIBUNAL DO JÚRI.....	923
18.16. LEI Nº 7.716/1989 E SUAS ALTERAÇÕES (CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITOS DE RAÇA OU DE COR)	797	9. RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	923
		10. EXECUÇÃO PENAL	924

DIREITO PROCESSUAL PENAL..... 799

Rafael Catani Lima

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	799
---------------------------------------	-----

✦ QUESTÕES..... 801

1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS NO PROCESSO PENAL.....	801
2. INQUÉRITO POLICIAL	806
3. AÇÃO PENAL	816
4. COMPETÊNCIA	832
5. QUESTÕES PREJUDICIAIS.....	841
6. PROVAS.....	844
7. PRISÃO E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES.....	846
8. PROCEDIMENTOS	860
8.1. TRIBUNAL DO JÚRI.....	882
9. RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	886
10. EXECUÇÃO PENAL	895

✦ DICAS..... 901

1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS NO PROCESSO PENAL.....	901
2. INQUÉRITO POLICIAL	902
3. AÇÃO PENAL	904
4. COMPETÊNCIA	905
5. QUESTÕES PREJUDICIAIS.....	906
6. PROVAS.....	907
7. PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES.....	908
8. PROCEDIMENTOS	911
8.1. TRIBUNAL DO JÚRI.....	913
9. RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO.....	914
10. EXECUÇÃO PENAL	915

✦ SÚMULAS APLICÁVEIS 919

1. PRINCÍPIOS E GARANTIAS NO PROCESSO PENAL.....	919
2. INQUÉRITO POLICIAL	919
3. AÇÃO PENAL	919
4. COMPETÊNCIA	920
5. QUESTÕES PREJUDICIAIS.....	921

CONHECIMENTOS GERAIS..... 927

Alexandre Sanches Cunha

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	927
---------------------------------------	-----

✦ QUESTÕES..... 929

✦ DICAS..... 977

DIREITO URBANÍSTICO 985

Luís Felipe Cirino

TABELA DE INCIDÊNCIA DE QUESTÕES.....	985
---------------------------------------	-----

✦ QUESTÕES..... 987

✦ DICAS..... 995

1. O DIREITO URBANÍSTICO.....	995
1.1. OBJETO DO DIREITO URBANÍSTICO.....	995
1.2. PRINCÍPIOS DO DIREITO URBANÍSTICO	995
1.3. DEFINIÇÃO DE DIREITO URBANÍSTICO	996
2. O DIREITO URBANÍSTICO NO BRASIL	996
2.1. LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA NO BRASIL – FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS	996
2.2. O ESTATUTO DA CIDADE	996
2.3. O PLANO DIRETOR.....	997
2.4. COMPETÊNCIA PARA CRIAÇÃO DAS NORMAS URBANÍSTICAS.....	998
3. A PROPRIEDADE URBANA	998
3.1. CONCEITO, NATUREZA E OBJETO DA PROPRIEDADE URBANA.....	998
3.2. DEFINIÇÃO DE SOLO URBANO.....	998
4. PLANEJAMENTO URBANÍSTICO.....	999
4.1. O PLANEJAMENTO URBANÍSTICO NO BRASIL	999
4.2. PLANO URBANÍSTICO NACIONAL.....	1000
4.3. OS PLANOS URBANÍSTICOS ESTADUAIS.....	1000
4.4. OS PLANOS URBANÍSTICOS MUNICIPAIS.....	1001
4.4.1. O PLANO DIRETOR.....	1001
5. A ORDENAÇÃO DO SOLO URBANO.....	1002

5.1.	CONCEITOS PRELIMINARES.....	1002	7.2.9.	REPARCELAMENTO DO SOLO	1013
5.2.	ORDENAÇÃO JURÍDICA DO SISTEMA VIÁRIO.....	1003	7.3.	LOTEAMENTOS FECHADOS.....	1013
5.3.	CLASSIFICAÇÃO DAS VIAS TERRESTRES.....	1003	7.3.1.	REGIME DO DESENVOLVIMENTO URBANO CONDOMINIAL.....	1014
5.4.	SISTEMA VIÁRIO URBANO.....	1003	7.3.2.	CONFLITOS DE INTERESSE URBANÍSTICO.....	1014
5.4.1.	FORMAÇÃO DAS VIAS URBANAS.....	1004	8.	DA ORDENAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE URBANÍSTICO ESPECIAL.....	1014
5.4.2.	TIPOS DE VIAS URBANAS.....	1004	8.1.	AS ÁREAS DE INTERESSE URBANÍSTICO ESPECIAL.....	1014
5.4.3.	O ALINHAMENTO.....	1005	8.2.	AS ÁREAS DE URBANIFICAÇÃO ESPECIAL.....	1015
5.4.4.	O NIVELAMENTO.....	1005	8.3.	REGIME JURÍDICO DAS URBANIFICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES.....	1015
5.5.	ORDENAÇÃO DOS TRANSPORTES URBANOS.....	1005	8.3.1.	DIREITO À MORADIA.....	1015
6.	ORDENAÇÃO DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO.....	1006	8.3.2.	DESAPROPRIAÇÕES E AS BASES JURÍDICAS DA URBANIFICAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	1016
6.1.	O ZONEAMENTO DO SOLO URBANO...	1006	8.3.3.	REGIME JURÍDICO DAS URBANIFICAÇÕES POPULARES.....	1016
6.2.	NATUREZA E OBJETIVOS DO ZONEAMENTO.....	1006	8.3.4.	CONSTRUÇÃO DE MORADIAS PELO SISTEMA DE MUTIRÃO..	1016
6.3.	USOS DO SOLO E ZONAS DE USO.....	1006	9.	OS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA.....	1016
6.4.	CATEGORIAS DE USO DO SOLO URBANO.....	1007	9.1.	OS INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO URBANÍSTICA.....	1016
6.5.	RÉGIME JURÍDICO DO ZONEAMENTO.	1007	9.1.1.	DAS LIMITAÇÕES URBANÍSTICAS À PROPRIEDADE.....	1017
6.6.	TAXA DE OCUPAÇÃO E COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO.....	1007	9.1.2.	AS RESTRIÇÕES URBANÍSTICAS À PROPRIEDADE.....	1017
6.7.	RECUOS.....	1008	9.1.3.	A SERVIDÃO URBANÍSTICA.....	1018
6.8.	ALTURA MÁXIMA (GABARITO) DAS EDIFICAÇÕES.....	1008	9.1.4.	CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO.....	1019
6.9.	OS ESPAÇOS NÃO EDIFICÁVEIS.....	1008	9.2.	AS DESAPROPRIAÇÕES URBANÍSTICAS.....	1019
6.9.1.	ÁREAS NON AEDIFICANDI.....	1008	9.2.1.	DESAPROPRIAÇÃO E ATIVIDADE URBANÍSTICA.....	1019
6.9.2.	ÁREAS VERDES.....	1009	9.2.2.	CONCEITO DE DESAPROPRIAÇÃO URBANÍSTICA.....	1019
6.9.3.	ÁREAS DE LAZER E RECREAÇÃO.....	1009	9.2.3.	REQUISITOS E PRESSUPOSTOS DAS DESAPROPRIAÇÕES URBANÍSTICAS.....	1020
6.9.4.	ESPAÇOS LIVRES.....	1009	9.2.4.	DESAPROPRIAÇÃO URBANÍSTICA NO BRASIL.....	1020
7.	DO RÉGIME JURÍDICO DA URBANIFICAÇÃO.....	1009	10.	O APROVEITAMENTO ADEQUADO COMPULSÓRIO.....	1020
7.1.	URBANIFICAÇÃO EM GERAL.....	1010	10.1.	UTILIZAÇÃO DO SOLO URBANO.....	1020
7.2.	PARCELAMENTO URBANÍSTICO DO SOLO.....	1010	10.2.	PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO E A UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIOS.....	1021
7.2.1.	CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO.....	1010			
7.2.2.	RÉGIME GERAL DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO.....	1010			
7.2.3.	ARRUAMENTO E LOTEAMENTO.....	1010			
7.2.4.	PLANO DE ARRUAMENTO.....	1011			
7.2.5.	PLANO DE LOTEAMENTO.....	1011			
7.2.6.	MODIFICAÇÃO DOS PLANOS DE LOTEAMENTO E ARRUAMENTO.....	1013			
7.2.7.	LOTEAMENTOS ILEGAIS.....	1013			
7.2.8.	DESMEMBRAMENTO.....	1013			

10.3.	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE URBANA PROGRESSIVO NO TEMPO	1021	11.2.	AS AUTORIZAÇÕES URBANÍSTICAS	1022
10.4.	DESAPROPRIAÇÃO COM PAGAMENTO EM TÍTULOS	1021	11.3.	AS LICENÇAS URBANÍSTICAS	1023
11.	OS INSTRUMENTOS DE CONTROLE URBANÍSTICO	1022	11.4.	AS LICENÇAS EDILÍCIAS	1023
11.1.	ORDENAÇÃO URBANÍSTICA DA ATIVIDADE EDILÍCIA	1022	11.4.1.	VIGÊNCIA E CADUCIDADE DAS LICENÇAS	1024
			11.4.2.	REVISÃO, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DAS LICENÇAS....	1024